



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

2020



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE ÁGUA BRANCA

JOYCE CANAL CORTELETI

Diretora-Presidente de 01/11/2020 a 31/12/2020

SUZIANY PASTE GONÇALVES OLIVEIRA

Diretora-Presidente Interina até 31/10/2020

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES

Controladora Geral do Município

2020



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DO CONTROLE INTERNO

Emitente: Controladoria Geral do Município de Águia Branca/ES

Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Águia Branca

Gestor responsável: Suziany Paste Gonçalves Oliveira (02/01/2017 até 31/10/2020) – Decreto nº 7.466/2017, e Joyce Canal Corteleti (01/11/2020 até 31/12/2020) – Decreto nº 9.079/2020.

Exercício: 2020

1. INTRODUÇÃO

A Controladoria Geral elaborou Plano Anual de Atividades para o exercício de 2020, que foi enviado ao Prefeito Municipal e aprovado pelo Decreto nº 8.677/2019, tendo como destaque os trabalhos de Auditoria Interna e Controle Interno, conforme determina o disposto na Lei Municipal nº 1.122/2013 e, na Instrução Normativa SCI Nº 06/2015 e suas alterações, bem como em razão da regulamentação do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo IN 34/2015, IN 68/2020 do TCEES e Resolução 227/2011 do TCEES.

Ressaltamos que a execução das atividades da Unidade Central de Controle Interno no exercício de 2020 foram prejudicadas em razão da redução de pessoal (conforme será demonstrado no quadro de pessoal abaixo), visto que o Plano Anual de atividades foi elaborado, contando com apenas um (01) servidor atuante no setor.

Além disso, considerando as novas demandas surgidas no curso do exercício do ano de 2020 como atendimentos as notificações dos órgãos de Controle Externo, Acompanhamento do e-SIC, Monitoramento do Portal Transparência, e atendimento ao canal de Ouvidoria, não se tornou possível o exercício das atividades de forma efetiva.

É notório que, apesar do não cumprimento do Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI 2020 em razão da ausência de Auditor Público Interno Efetivo, foram realizadas pela Unidade Central de Controle Interno – UCCI avaliações da Unidade Gestora – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE ÁGUA BRANCA - no que se refere aos pontos de controle de exigência do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, elencados na **Tabela Referencial 01 da IN 68/2020**, conforme disposto abaixo:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.2.10	Disponibilidades financeiras - contas específicas	EXTBAN; BALANÇO PATRIMONIAL; Demonstrativo de saldos bancários, perdas e rendimentos fornecido pelo ABPREV.	LC 101/2000, art. 43, § 1º.	Avaliar se as disponibilidades financeiras do regime próprio de previdência social foram depositadas em contas específicas e distintas do ente público mantenedor. Havendo criação de fundos específicos, avaliar se os recursos estão sendo mantidos e aplicados em seus respectivos fundos.	CONTAS DE DISPONIBILIDADE E CONTAS DE FUNDOS BANCOS: BANCO DO BRASIL CONTAS, Nº 10.671-2 FUNDOS: CNPJ 11328882/0001-35 03543447/0001-03 07111384/0001-69 CONTAS Nº 10672-0 FUNDOS: CNPJ 07111384/0001-69 BANESTES: CONTAS Nº 16.517.849, FUNDOS: CNPJ 05357507/0001-10 09594596/0001-70 20230719/0001-26 CONTAS Nº 16.518.375 FUNDOS: CNPJ 05357507/0001-10 CAIXA ECONOMICA FEDERAL: CONTA Nº 0045-9 FUNDOS: CNPJ: 10740658/0001-93 10740670/0001-06 232150970001-55	SOMATÓRIO MENSAL DE SALDO DAS CONTAS NO EXERCÍCIO DE 2020 <u>CONTAS DE DISPONIBILIDADES:</u> -JANEIRO: R\$368.094,25 -FEVEREIRO: R\$494.440,41 -MARÇO: R\$613.722,53 ABRIL: R\$732.696,18 -MAIO: R\$851.814,61 -JUNHO: R\$978.373,56 -JULHO: R\$1.110.178,32 -AGOSTO: R\$1.218.754,43 -SETEMBRO: R\$1.348.363,34 -OUTUBRO: R\$1.448.906,69 -NOVEMBRO: R\$1.575.153,63 -DEZEMBRO: R\$1.818.605,68 <u>CONTAS DE FUNDOS:</u> -JANEIRO: R\$34.206.719,86 -FEVEREIRO: R\$34.324.579,86 -MARÇO: R\$32.651.628,71 -ABRIL: R\$32.901.073,74



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						-MAIO: R\$33.213.893,72 -JUNHO: R\$33.581.255,93 -JULHO: R\$34.475.845,63 -AGOSTO: R\$34.062.485,65 -SETEMBRO: R\$33.503.681,96 -OUTUBRO: R\$34.611.627,56 -NOVEMBRO: R\$33.923.336,07 -DEZEMBRO: R\$34.993.589,49
1.2.14	Equilíbrio financeiro e atuarial Plano de Equacionamento	Lei Municipal nº 1.593/2020; Lei Municipal nº 522/2002; Lei Municipal nº 523/2002; RELCUST	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Avaliar, nos institutos próprios de previdência social onde for verificado desequilíbrio financeiro e atuarial, se estão sendo instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio do regime próprio de previdência.	Lei Municipal nº 1.593/2020 aprovada em 28.08.2020; Lei Municipal nº 522/2002; Lei Municipal nº 523/2002; RELCUST	Lei Municipal nº 1.593/2020 aprovada em 28.08.2020;; Lei Municipal nº 522/2002; Lei Municipal nº 523/2002; RELCUST
1.2.15	Escrituração Contábil - Registro das provisões matemáticas previdenciárias	Arquivos: BALATU; PROATU; DEMAAT; BALVER.	LC 101/2000, art.69; Lei 4.320/1964, art.100. Lei 9.717/98, art. 1º. Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP-EC, MCASP, Portaria MPS 403/2008, art.17 e demais correlatas.	Avaliar se o RPPS realiza escrituração contábil obedecendo as normas de contabilidade e atuária que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial, em especial ao registro das provisões matemáticas previdenciárias.	Plano Previdenciário: R\$ 33.222.876,30 PROVISÕES ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL ELEMENTO DE DESPESA 2.2.7.2.1.03.03 2.2.7.2.1.03.04 2.2.7.2.1.04.00 2.2.7.2.1.04.01 2.2.7.2.1.04.02 2.2.7.2.1.04.03 2.2.7.2.1.04.04 2.2.7.2.1.05.98	Plano Previdenciário: R\$ 33.222.876,30 PROVISÕES ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL ELEMENTO DE DESPESA 2.2.7.2.1.03.03 2.2.7.2.1.03.04 2.2.7.2.1.04.00 2.2.7.2.1.04.01 2.2.7.2.1.04.02 2.2.7.2.1.04.03 2.2.7.2.1.04.04 2.2.7.2.1.05.98
1.2..17	Conciliação de contas	ANEXOS:	IN	Consistência do saldo devedor da	Todas as despesas decorridas de	Todas as despesas decorridas de



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		DELQUIT; BALPAT	regulamentadora da remessa de prestação de contas IN 68/2020 do TCEES	declaração de quitação (DELQUIT) com o registro de créditos previdenciário a receber (BALPAT)	encargos financeiros formam recolhidas no exercício de 2020.	encargos financeiros formam recolhidas no exercício de 2020.
1.2.18	Conciliação de contas	ANEXOS: DELQUIT; BALPAT	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas IN 68/2020 do TCEES	Consistência do saldo devedor da declaração de quitação (DELQUIT) com a diferença das contribuições devidas e recebidas pelo RPPS (DEMREC)	Todas as despesas decorridas de encargos financeiros formam recolhidas no exercício de 2020, não havendo saldo devedor.	Todas as despesas decorridas de encargos financeiros formam recolhidas no exercício de 2020, não havendo saldo devedor.
1.2.19	Conciliação de contas	Arquivos: BALUTU BALVER	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas IN 68/2020 do TCEES	Consistência do balanço atuarial (BALATU) com o registro de provisões matemáticas previdenciárias (BALVER)	Coerência entre os arquivos analisados. Total apurado de R\$ 36.812.195,17	Coerência entre os arquivos analisados. Total apurado de R\$ 36.812.195,17
2.5.12	Orçamento	ORÇAMENTO	Lei 4.320/64 e MCASP	Verificar se o orçamento está utilizando a correta fonte de recursos definida por Resolução deste Tribunal, aplicáveis a gestão previdenciária.	Elemento de despesa 14100000007 – Recursos vinculados ao RPPS – Plano Previdenciário. 14300000000 – Recursos Vinculados ao RPPS – Taxa de Administração.	Elemento de despesa 14100000007 – Recursos vinculados ao RPPS – Plano Previdenciário. 14300000000 – Recursos Vinculados ao RPPS – Taxa de Administração.
2.5.13	Orçamento	ORÇAMENTO	Lei 4.320/64 e MCASP	Verificar se no orçamento do RPPS que recebe cobertura de insuficiência financeira para complementação da folha de benefícios possui despesa fixada no mesmo montante correspondente na fonte de recursos do tesouro	O Instituto de Previdência do Município de Água Branca/ES, não apresenta insuficiência financeira.	O Instituto de Previdência do Município de Água Branca/ES, não apresenta insuficiência financeira.
2.5.18	Avaliação atuarial reavaliação anual	Reavaliação Atuarial 2020 ABPREV-ES (Responsável:Igor França Garcia – MIBA/RJ 1.659)	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF	Avaliar se o Regime Próprio de Previdência Social realizou em cada balanço a reavaliação do seu plano de custeio/benefícios e a verificação da manutenção do	Reavaliação Atuarial 2020 ABPREV-ES (Responsável:Igor França Garcia – MIBA/RJ 1.659)	Reavaliação Atuarial 2020 ABPREV-ES (Responsável:Igor França Garcia – MIBA/RJ 1.659)



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		<p>- Lei Municipal nº 1.590/2020;</p> <p>http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1590-2020-1601035837.pdf</p> <p>- Lei Municipal nº1.593/2020.</p> <p>http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1593-2020-1601036026.pdf</p>		<p>equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.</p>	<p>- Lei Municipal nº 1.590/2020;</p> <p>http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1590-2020-1601035837.pdf</p> <p>- Lei Municipal nº1.593/2020.</p> <p>http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1593-2020-1601036026.pdf</p>	<p>- Lei Municipal nº 1.590/2020;</p> <p>http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1590-2020-1601035837.pdf</p> <p>- Lei Municipal nº1.593/2020.</p> <p>http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1593-2020-1601036026.pdf</p>
2.5.19	Cálculo atuarial data base	<p>Reavaliação Atuarial 2020 ABPREV-ES (Responsável:Igor França Garcia – MIBA/RJ 1.659) – DEMAAT</p> <p>- Lei Municipal nº 1.590/2020;</p> <p>http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1590-2020-1601035837.pdf</p> <p>- Lei Municipal nº1.593/2020.</p> <p>http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1593-2020-1601036026.pdf</p>	<p>Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF, normas brasileiras de contabilidade e regime de competência</p>	<p>Verificar se o RPPS realiza calculo atuarial com data base coincidente com a data base das demonstrações contábeis do exercício</p>	<p>Reavaliação Atuarial 2020 ABPREV-ES (Responsável:Igor França Garcia – MIBA/RJ 1.659)</p> <p>- Lei Municipal nº 1.590/2020;</p> <p>http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1590-2020-1601035837.pdf</p> <p>- Lei Municipal nº1.593/2020.</p> <p>http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1593-2020-1601036026.pdf</p>	<p>Reavaliação Atuarial 2020 ABPREV-ES (Responsável:Igor França Garcia – MIBA/RJ 1.659) – DEMAAT</p> <p>- Lei Municipal nº 1.590/2020;</p> <p>http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1590-2020-1601035837.pdf</p> <p>- Lei Municipal nº1.593/2020.</p> <p>http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1593-2020-1601036026.pdf</p>
2.5.20	Plano de Amortização instituição por lei	<p>- Lei Municipal nº1.593/2020.</p> <p>http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1593-2020-1601036026.pdf</p>	<p>Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF. Portaria MPS</p>	<p>Verificar se foi instituído por lei plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial com prazo máximo de 35 anos.</p>	<p>- Lei Municipal nº1.593/2020.</p> <p>http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1593-2020-1601036026.pdf</p>	<p>- Lei Municipal nº1.593/2020.</p> <p>http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1593-2020-1601036026.pdf</p>



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		r/uploads/lei/lei-ordinaria-1593-2020-1601036026.pdf	403/2008, art. 18, §1º.		1601036026.pdf	1601036026.pdf
2.5.21	Plano de Amortização estudo de viabilidade	Arquivo SUSTEN Lei Municipal nº 1.593/2020. http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1593-2020-1601036026.pdf	Art. 40 da CF/88, art. 1º e 69 da LRF. Portaria MPS 403/2008, art. 19 e 20.	Verificar se foi elaborado estudo de viabilidade orçamentária, financeira e de cumprimento dos limites de despesas de pessoal, por todo o período de duração do plano de amortização do déficit atuarial.	Arquivo SUSTEN Lei Municipal nº1.593/2020. http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1593-2020-1601036026.pdf	Arquivo SUSTEN Lei Municipal nº1.593/2020. http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1593-2020-1601036026.pdf
2.5.22	Contabilização da amortização do déficit atuarial	Arquivo BALVER	MCASP e Portaria MPS 403/2008, art. 17.	Verificar se houve a correta contabilização dos repasses das amortizações do déficit ao RPPS pela Unidade Gestora devedora, bem como do reconhecimento da receita pelo RPPS em conta específica do plano de contas.	Elemento de Despesa - 421120300000 Contribuições Previdenciárias para Amortização do Déficit Atuarial R\$ 1.281.958,10	Elemento de Despesa - 421120300000 Contribuições Previdenciárias para Amortização do Déficit Atuarial R\$ 1.281.958,10
2.5.23	Segregação de planos - estabelecimento por lei	Fonte ABPREV	Art. 40 da CF/88, art. 1º, 50, III e 69 da LRF. Portaria MPS 403/08, art. 21 caput.	Verificar se houve separação financeira, orçamentária e contábil do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário foi implementada por lei, e que permita a emissão de demonstrações contábeis segregadas para cada plano.	O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Água Branca-ES não apresenta segregação de massa.	O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Água Branca-ES não apresenta segregação de massa.
2.5.31	Comitê de investimentos - instituição	ARQUIVO RELGES	Portaria MPS 519/2011, art. 3º-A, alíneas "b" e "c".	Verificar se houve a instituição do Comitê de Investimento.	Decreto de Instituição do Comitê de Investimento: Decreto Municipal nº 9.093/2020.	Decreto de Instituição do Comitê de Investimento: Decreto Municipal nº 9.093/2020.
2.5.32	Comitê de investimentos - Reuniões	ARQUIVO RELGES	Portaria MPS 519, de 24 de Agosto de 2011, art. 3º-A, alíneas "b" e "c".	Verificar se houve periodicidade das reuniões e que as deliberações foram registradas em atas.	Reuniões do Comitê de Investimento: -03/04/2020; -22/05/2020; -03/09/2020; -02/10/2020;	Reuniões do Comitê de Investimento: -03/04/2020; -22/05/2020; -03/09/2020; -02/10/2020;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					-04/12/2020. Livro Ata I – 01/2019	-04/12/2020. Livro Ata I – 01/2019
2.5.33	Comitê de investimentos Certificados dos membros	ARQUIVO RELGES	Portaria MPS 519/2011, art. 3º-A, alínea “e”.	Verificar se a maioria dos membros possui certificação para operar no mercado brasileiro de capitais.	Membros do Comitê de Investimento: -Joyce Canal Corteleti: Qualificação: CPA 10; -Adriana Santos de Lima Barbalho: Qualificação: não possui CPA 10; -Cláudia Cuerci Fedeszen Mozdzen: Qualificação: CPA 10.	Membros do Comitê de Investimento: -Joyce Canal Corteleti: Qualificação: CPA 10; -Adriana Santos de Lima Barbalho: Qualificação: não possui CPA 10; -Cláudia Cuerci Fedeszen Mozdzen: Qualificação: CPA 10.
2.5.34	Política de Investimento	Fonte: ABPREV	Lei 9.717/98, art.1º, § único e 6º, IV e VI; Resolução CMN 3992/2010, art. 4º.	Verificar se foi instituída no exercício anterior, a Política de Investimento para exercício financeiro subsequente.	O ABPREV elaborou a Política Pública de Investimento, disponível no site da Prefeitura Municipal de Água Branca/ES. https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/uploads/pca/2021-instituto-de-previdencia-dos-servidores-publicos-de-aguia-branca-processo-1609351401.pdf	O ABPREV elaborou a Política Pública de Investimento, disponível no site da Prefeitura Municipal de Água Branca/ES. https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/uploads/pca/2021-instituto-de-previdencia-dos-servidores-publicos-de-aguia-branca-processo-1609351401.pdf
2.5.45	Despesa Administrativa fixação em lei	Lei Municipal nº 522/2002.	Lei 9.717/98, art. 6. Portaria MPS 403/08, art. 15. Lei Local.	Verificar se o percentual para despesa administrativa foi fixado em lei.	Lei Municipal nº 522/2002, Art.7º. http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/L5222002.pdf	Lei Municipal nº 522/2002, Art.7º. http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/L5222002.pdf



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

QUADRO DE PESSOAL

No exercício do ano de 2020 para as atividades da CGM – Controladoria Geral do Município, conforme Portal da Transparência estavam à disposição desta Unidade Central, o total de 02 (servidores), sendo 01 (um) Controlador Geral, e 01 (um) Coordenador Técnico de Auditoria.

Vale ressaltar que a Prefeitura Municipal de Águia Branca inaugurou Procedimento Licitatório nº 045/2017 do Pregão Presencial nº 039/2017, visando à realização de concurso público para provimento de vagas para o cargo de Contador, Escriturário e Auditor Público Interno conforme o contrato de nº 192/2017.

Nesse sentido, considerando que o referido concurso obteve êxito em todas as suas fases, foi nomeado no dia 11/11/2020 a servidora FABIANE DALAFINA MATOSAK GUARESQUE para exercer o cargo de Auditor Público Interno nesta Controladoria Geral.

Nesse sentido, ao final do ano de 2020, a Unidade Central encerrou suas atividades com o seguinte quadro de servidores, conforme relação abaixo:

Funções	Vagas	2020
Controlador Geral	1	1
Coordenador técnico de Contabilidade	1	0
Coordenador técnico de Auditoria	1	1
Auditor Público Interno	2	1
TOTAL DE SERVIDORES.....	05	03

Atualmente, a Controladoria Geral do Município se encontra com um déficit no quadro de servidores, tendo em vista, que, com a mudança de Gestão Municipal, e posse do Prefeito Municipal atual, o quadro de servidores, continua apenas com 03 (três) vagas preenchidas conforme demonstração acima.

Outrossim, considerando que a Auditora Pública Interna, assumiu seu cargo efetivo somente no final do exercício do ano de 2020, não houve tempo hábil suficiente para realização das atividades do PAAI do Controle Interno.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2020

Considerando as atividades desenvolvidas na Unidade Central de Controle Interno – UCCI no ano de 2020, não foi possível o cumprimento das atividades previstas no PAAI/2020, tendo em vista, como mencionado acima, a nomeação de Auditor Público Interno efetivo somente, no final do exercício.

2.1 Auditoria Interna executada/ procedimento realizado

Os procedimentos de Auditoria integram como fonte principal as demandas da Controladoria Municipal. É notório destacar que, a presença do Auditor Público Interno é imprescindível para realização de Auditorias de natureza contábil nas Unidades Gestoras.

Ressalta-se que, no ano de 2020 a UCCI do Município de Águia Branca não contava com a presença de Auditor Público Interno, cargo que, necessariamente dependia de provimento em concurso público, o que torna prejudicada a realização de Auditorias por este órgão responsável.

Além disso, registra-se que a nomeação da servidora efetiva no cargo de Auditor Público Interno, ocorreu somente no mês de Novembro, o que impossibilitou o cumprimento das atividades do Plano Anual de Auditoria – PAAI.

Ante o exposto, a disponibilidade de servidores no exercício do ano de 2020 não foi satisfatória para atender todas as demandas, de modo que restou prejudicada as atividades desenvolvidas pela Unidade Central de Controle Interno.

2.2 Auditoria e outros procedimentos realizados

Partindo das informações colhidas na UCCI arquivadas pelo Controlador Geral do exercício anterior, no ano de 2020, pautados no cumprimento das Leis Municipais, Constituição Federal 1988, Instruções Normativas do TCEES 28/2013 suas alterações, 34/2015 e 40/2016, 68/2020 Resolução TCEES nº 227/2011 e demais disposições legais aplicáveis, no tocante aos procedimentos adotados pelo Controle Interno no ano de 2020, foram expedidas diversas Recomendações e alertas a Administração Pública Direta e Indireta, conforme os Ofícios citados abaixo:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

- OFÍCIO nº 001/2020 de RECOMENDAÇÃO quanto à elaboração de planejamento de gastos, sobretudo em relação aos limites previstos na legislação vigente, no acompanhamento das metas de arrecadação conforme RREO;
- OFÍCIO nº 002/2020 de RECOMENDAÇÃO quanto à publicidade do RREO e RGF, prevista no art. 48, art. 52 e art. 54 DA LRF;
- OFÍCIOS nº 003/2020, 004/2020 e 005/2020 de RECOMENDAÇÃO quanto a Comunicação dos Prazos Cidades – PCA/PCM 2020, conforme IN 43/2017 e alterações;
- OFÍCIO nº 007/2020 de RECOMENDAÇÃO de convocação do classificado no Concurso Público 001/2018 no Cargo de Auditor Público Interno;
- OFÍCIOS nº 016/2020 e 017/2020 de RECOMENDAÇÃO aos Vereadores da Câmara Municipal, ao Prefeito Municipal e aos Secretários quanto à vedação de condutas durante o período eleitoral;
- OFÍCIO nº 018/2020, 019/2020, 020/2020, 021/2020 de RECOMENDAÇÃO em razão da Nota Técnica da AMUNES, SEI nº 12774/2020 do Ministério da Economia, que trata das orientações aos entes da Federação quanto à contabilização e ao tratamento fiscal dos recursos recebidos e aplicados no enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);
- OFÍCIO nº 020/2020 de RECOMENDAÇÃO e Notificação ao Prefeito Municipal quanto às exigências contidas no Processo TC 4924/2017 – Acórdão TC-1589/2019 – Plenário;
- OFÍCIOS nº 021/2020 e 022/2020 de RECOMENDAÇÃO ao Prefeito Municipal para que siga as orientações do Ministério Público de contas do Espírito Santo;
- OFÍCIO nº 023/2020 de RECOMENDAÇÃO ao Setor de Tecnologia e Informação quanto aos levantamentos apontados na Notificação nº 00550/2020-8, referente ao Processo nº 03161/2020-6 - Decisão Monocrática 00460/2020-9 – Portal da Transparência/emergências/covid-19;
- OFÍCIO nº 024/2020 de RECOMENDAÇÃO a Secretaria Municipal de Saúde quanto a Notificação de Denúncia na Ouvidoria Geral do Espírito Santo – protocolo nº 202007519;
- OFÍCIO nº 025/2020 de RECOMENDAÇÃO ao Prefeito Municipal e a



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Secretaria Municipal de Educação quanto ao envio de informações ao TCEES referente aos levantamentos de dados sobre a Educação constante do Ofício 01926/2020-7;

- OFÍCIOS nº 027/2020 e nº 030/2020 de RECOMENDAÇÃO ao Prefeito Municipal e a Procuradoria Jurídica constante na Notificação individual dos servidores para que efetuem a restituição aos cofres públicos de Auxílio Emergencial recebido indevidamente;
- OFÍCIO nº 031/2020 de RECOMENDAÇÃO e NOTIFICAÇÃO da Fiscalização do TCEES de Ofício nº 02744/2020 para envio de informação acerca do enfrentamento da crise provocada pela Covid-19.

2.3 Departamento de Controle Interno e Atividades Permanentes

No ano de 2020, conforme arquivos de Instruções Normativas disponíveis na UCCI, bem como em razão de sua disponibilização no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal, não foram elaboradas novas Instruções Normativas para regulamentação de atividades desenvolvidas na Unidade Gestora do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca.

2.4 Acompanhamento do Processo de Prestação de Contas Anual

A Controladoria Geral examinou os documentos, que compõe a Prestação de Contas Anual relativo ao exercício financeiro de 2020 da Unidade Gestora - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca, de Presidência da Sra. Suziany Paste Gonçalves Oliveira no período de 02/01/2020 até 31/10/2020 e, posteriormente sob a direção da Sra. Joyce Canal Corteleti no período de 01/11/2020 até 31/12/2020.

O objetivo consistiu em apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, avaliando os resultados, quanto à eficácia e economicidade da gestão orçamentária, previdenciária, financeira e atuarial do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca, em face ao cumprimento das determinações contidas na IN TCE/ES nº 28/2013 e IN 68/2020 dispositivos da Lei Municipal nº 4080, de 29/08/2013, art. 70 e 74 da CFRB/88 combinado com o art. 59



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

da Lei Complementar nº 101/2000, resultando nos Relatórios e Parecer Conclusivo do Órgão Central do Controle Interno, RELUCI e RELACI, que obrigatoriamente, compõe a Prestação de Contas.

2.5 Relatórios de Gestão Fiscal – RGF

Uma das atribuições da Controladoria é exercer o acompanhamento sobre os limites constitucionais, previstos na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000, e neste sentido, a Controladoria realizou a conferência dos dados contidos nos relatórios contábeis para efeito de apuração da RCL da Despesa Líquida de Pessoal e apuração do Limite Legal referente ao período anual de 2020.

No decorrer do exercício do ano de 2020, foram enviadas Recomendações pelo Controlador Geral anterior no sentido de orientar a Unidade Gestora quanto ao cumprimento dos limites legais.

2.6 Análises Técnicas

Considerando os documentos arquivados na presente UCCI, verificou-se que não houve cumprimento do Plano Anual de Auditoria – PAAI 2020, tendo em vista que, não foram realizadas Auditorias pelas razões já suscitadas, razão pela qual não foram emitidas Orientações técnico-jurídicas de apontamento de irregularidades encontradas nas Unidades Executoras.

No entanto, embora não conste a realização de auditorias técnicas que aponte orientações as Unidades Executoras que são de competência da Controladoria Geral, foram atendidas pelo Controlador Geral anterior todas as denúncias do canal de OUVIDORIA e e-SIC no ano de 2020.

Além disso, considerando as Comunicações acerca do Recebimento Indevido de Auxílio Emergencial pelos Servidores Públicos realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo ao Município de Águia Branca, foram expedidas várias RECOMENDAÇÕES aos Setores Responsáveis, no período de Agosto/Dezembro de 2020, no intuito de que os servidores fossem notificados a restituir espontaneamente aos cofres públicos o Auxílio Emergencial indevidamente recebido.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Nesse sentido, é mister apontar que a Controladoria Geral no exercício de suas atribuições, e em observância aos regramentos legais, acompanhou as diversas notificações emitidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, recomendando através de comunicação escrita os questionamentos direcionados a cada Unidade Gestora submetida a controle pela UCCI.

No mais, a Controladoria Geral emitiu pareceres com a finalidade de avaliar processos de Aposentadoria e Pensão por Morte, expedidos pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca, bem como opinou pela Homologação de Processo de Convocação de pessoal em Concurso Público.

2.7 Acesso a Informação

A Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, tem a finalidade de garantir o acesso aos usuários às informações públicas previstas no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal.

Visando a implementação do acesso à informação no âmbito do Poder Executivo e Legislativo nos Municípios e seus demais entes, foi publicada Lei Ordinária Municipal nº 1.356, de 21 de julho de 2016, que regulamentou os procedimentos a serem adotados para assegurar o direito fundamental de acesso à informação no âmbito do Município de Águia Branca.

Com o advento da Lei Municipal, passou a ser uma das atribuições da Controladoria Geral do Município a divulgação e orientações aos gestores públicos e municipais sobre as medidas necessárias para, não só ser efetiva a implementação dessa Lei, bem como para buscar outros mecanismos efetivos ao cumprimento dos dispositivos, tais como, o atendimento de demandas através dos canais de acesso ao cidadão disponíveis no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Águia Branca.

O marco inicial do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), no município de Águia Branca/ES, iniciou-se em 21 de julho de 2016 pela Lei nº 1.356/16 e se efetivou no sistema online no ano de 2017, possibilitando ao cidadão solicitar informações para a Prefeitura e a obtê-las nos prazos previstos em lei.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

A plataforma virtual (e-SIC) destinada a pedidos de informação permitiu que qualquer pessoa física ou jurídica encaminhasse pedidos de acesso à informação para a Prefeitura Municipal de Águia Branca e Câmara Municipal.

Além disso, em maio de 2019, o Município de Águia Branca, através do Decreto nº 8.440/2019, regulamentou a criação da Ouvidoria Municipal, órgão ligado diretamente a Controladoria Geral, tendo como âmbito de ação a coordenação e o controle das ações municipais através da relação institucional direta com os munícipes nas questões relativas ao recebimento de sugestões, solicitações reclamações e denúncias acerca dos atos da Administração Pública e suas Unidades Executoras.

No exercício do ano de 2020, todas as solicitações registradas no e-SIC e na e-OUV (ouvidoria) foram atendidas conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 1 - Evolução mensal dos números de pedidos de acesso à informação
Ano de 2020

MÊS	Quantidade de Solicitações	Total 2020
Janeiro	0	10 pedidos de acesso à informação
Fevereiro	01	
Março	0	
Abril	01	
Maio	01	
Junho	0	
Julho	02	
Agosto	03	
Setembro	0	
Outubro	0	
Novembro	01	
Dezembro	01	

2.8 Portal Transparência

O Portal da Transparência é um instrumento criado para divulgar os dados públicos necessários para o pleno exercício do controle social pelo cidadão. É a ferramenta por meio da qual a sociedade poderá adquirir o conhecimento necessário para o controle das ações de governo, bem como contribuir para a prevenção e combate à corrupção.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Em consulta realizada no Portal da Transparência, denota-se que foram encontradas em seu detalhamento as informações do legislativo, compras, materiais e bens, receitas, despesas, repasses, contas públicas, pessoal e controle interno.

O referido Portal dispõe de ferramentas de auxílio na utilização do Portal da Transparência como o aumento e redução da fonte, itens de acessibilidade e libras, além de um canal de Perguntas e respostas frequentes.

Além disso, no ano de 2020, considerando pandemia que atingiu todos os Municípios do país, e em decorrência de novas normativas para facilitar o uso de recursos recebidos pelo Governo, foi atualizado o Portal da Transparência com a criação de detalhamento **Emergências/COVID-19** que permitiu o acesso ao cidadão das Ações para combate e controle da pandemia do Coronavírus.

O aprimoramento do Portal da Transparência com o fornecimento das informações acerca da Covid-19 permitiu ao cidadão o acesso as Licitações, Dispensa e Inexigibilidade dos Contratos, a realização de Contratos Emergenciais, as Receitas, Despesas, Ordem de Compras, Legislação Estadual e Municipal, Orientações do Ministério Público Estadual, e demais documentos referente às ações de combate ao Coronavírus no ano de 2020, de forma a facilitar a navegação para seus diferentes públicos.

2.9. Treinamentos dos Servidores da CGM

No exercício de 2020, o Controlador Geral do Município participou do Curso prático sobre relatórios de controle interno a enviar ao TCEES na PCA de 2020, que foi realizado nos dias 28.01.20 (8:30h às 17:30h) e 29.01.20 (8h às 17h), totalizando 16 horas/aulas, Vitória/ES, ministrado pela FEST.

3. TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS (TCE) E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS NA UG.

COD	PONTO DE CONTROLE	Base legal	INFORMAÇÕES ANALISADAS	PROCEDIMENTO A SER ADOTADO	Universe do Ponto de Controle3	Amostra Seleccionadas



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

COD	Achados	Proposições/Alertas	Situação

OBS: NÃO HOUE.

3.1 Atendimentos ao Tribunal de Contas Controle Externo, Fiscalização e Levantamento.

Em verificação realizada pela UCCI constatou-se que se encontra em andamento no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo o PROCESSO 03524/2017-6 referente à Fiscalização da Secretaria Municipal de Finanças no Município de Águia Branca decorrente de Auditoria realizada pelo TCEES na Administração Tributária dos Municípios do Estado do Espírito Santo no ano de 2017, que apurou indícios de irregularidades no Setor da Tributação.

Vale mencionar que, a Controladoria Geral depois de realizados os levantamentos na Secretaria Municipal de Finanças, elaborou PLANO DE AÇÃO no ano de 2017, que foi encaminhado ao TCEES no intuito de adotar medidas e os respectivos resultados para sanar as irregularidades na Área de Administração Tributária Municipal.

Por conseguinte, o TCEES aprovou o PLANO DE AÇÃO apresentado pelo Controlador Geral Municipal do exercício do ano anterior, sendo proposto pelo TCEES que o Controle Interno Municipal proceda ao monitoramento do cumprimento do presente Plano de Ação e encaminhamento ao referido Tribunal quanto aos resultados obtidos.

Ante o exposto, analisando o referido Plano que se encontra disponível na UCCI, constatou-se o não cumprimento de algumas ações previstas com vigência final no exercício de 2020.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos levantamentos realizados pelo Controle Interno, e das documentações e informações prestadas, ponderou-se que as atividades a serem desenvolvidas pelo Controle Interno no ano de 2020 através do PAAI/2020 ficaram



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

prejudicas em razão da ausência de Auditor Público Interno Efetivo, que somente foi convocado para assumir o cargo no mês de Novembro de 2020.

Ressalta-se que esta Controladora Geral assumiu a função nesta UCCI apenas no início de 2021, e por ocasião desta, não tem o condão de prestar demais esclarecimentos acerca do não cumprimento das atividades desenvolvidas pelo Controlador Geral Municipal no exercício do ano anterior.

Nesse ínterim, os levantamentos foram realizados com base nas consultas aos arquivos presentes na UCCI. É o que tínhamos a expor a Vossa Excelência.

Para o exercício de 2021, as ações da Controladoria Geral do Município – CGM serão voltadas para a reestruturação da UCCI, visando à atualização das Instruções Normativas, e criação de novas normativas em atendimentos as demandas das Unidades Gestoras.

No 1º quadrimestre de 2021 a CGM estará empenhada em elaborar o PAAI/2021, e realizar o Planejamento das Auditorias que serão realizadas nas 04 (quatro) Unidades Gestoras no exercício do corrente ano.

Além disso, a CGM estará buscando conhecimento através da capacitação dos seus servidores no intuito de aprimorar as atividades desempenhadas pelo Controle Interno, com a formulação de metas e análise de matriz de risco para os anos subsequentes.

Ademais, a CGM fará ações para a implementação efetiva das Normas de procedimentos administrativos, visando à padronização e o cumprimento dos regramentos estabelecidos pelas legislações vigentes e, no tocante ao cumprimento das exigências do Tribunal de Contas Estadual.

Águia Branca/ES, 22 de março de 2021.

Menara Scaldaferro Rodrigues
Controladora Geral do Município
Decreto nº 9.245/2021